

# Pobreza, uma afronta aos direitos humanos

James Gustave Speth \*



A Declaração Universal dos Direitos Humanos está completando agora 50 anos, mas as atividades previstas para marcar o seu aniversário estão muito aquém do desejável para essa celebração.

Quando a comunidade internacional adotou a Declaração Universal em 10 de dezembro de 1948, jurou defender os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos das pessoas em todo o mundo. Esses direitos e liberdades são indivisíveis, mas o seu abuso permanece constante.

A paixão política pela agenda dos direitos humanos tem sido largamente reservada à defesa dos direitos civis e políticos, negligenciando o fato de que um terço da população no mundo em desenvolvimento é escravizado por uma situação de completa pobreza, de tal forma que lhes negam os direitos humanos fundamentais à vida, à liberdade e à persecução de uma vida com algum significado.

Cerca de 1,3 bilhão de pessoas subsistem com um rendimento de menos de 1 dólar por dia, mas a

pobreza não se qualifica apenas pela falta de rendimento. A ausência de condições básicas da vida humana, como acesso a água potável e cuidados médicos, significa que quase um terço da população que vive em países menos desenvolvidos tem uma expectativa

de vida de apenas quarenta anos. O analfabetismo impõe restrições severas de acesso ao conhecimento que as pessoas pobres possam ter e a opi-

niões devidamente formadas e participação política. Mulheres que vivem em pobreza são vítimas das mesmas privações que os homens, mas carregam um peso adicional de desigualdade de oportunidades nos serviços, estatuto jurídico e crédito financeiro, tão necessários para suportar as suas famílias, perpetuando assim a sua prisão na pobreza.

Encarceramento pela pobreza pode ser tão cruel e restritivo como em qualquer sistema político ditatorial, mas, durante quase

quatro décadas, o debate sobre direitos humanos tem sido polarizado pela ideologia. Enquanto alguns governos enfatizam os direitos civis e políticos, outros argumentam que, sem progresso no desenvolvimento, as condições para o gozo dos direitos civis e políticos não poderão existir. A divisão não foi resolvida durante a Guerra Fria, mas estão agora em curso esforços renovados para trazer de volta os membros da comunidade internacional a acreditar nos seus planos originais e em melhores esperanças para o futuro – um compromisso alargado para os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Em 1986, uma declaração internacional sobre o direito ao desenvolvimento rejeitou a noção de permutas entre direitos, e o fim da Guerra Fria fez com que

terminasse a parte explosiva da discussão. A recente nomeação da senhora Mary Robinson, como alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, contribui para que o fosso existente nas percepções possa diminuir.

Na sua proposta para a reforma das Nações Unidas, o secretário-geral, Kofi

Annan, atribuiu um mandato ampliado à alta comissária para promover uma ação, “baseada na concepção dos direitos humanos”, abordagem essa que influenciará o próprio clima de trabalho nas Nações Unidas. Essa abordagem reafirma, entre outras coisas, o direito ao desenvolvimento e o direito das mulheres, das minorias, dos povos indígenas, de crianças, deficientes, refugiados e dos trabalhadores migrantes.

O trabalho das Nações Unidas

para o desenvolvimento traduz-se no cumprimento de funções importantes no campo dos direitos humanos – não menos no que diz respeito à promoção e à aplicação de medidas para obter o direito ao desenvolvimento. Também reconhecemos que os direitos civis, políticos, culturais e sociais são elementos essenciais no desenvolvimento humano sustentável. No Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o nosso apoio

abarca todo o espectro dos direitos humanos, desde o apoio concedido para a formação profissional e igualdade de oportunidades para homens e mulheres até aos processos de reforma eleitoral e à participação na gestão e governabilidade. Os programas do PNUD em vários países em desenvolvimento e com economias em transição estão ajudando a formar estruturas com o intuito de obter órgãos de poder legislativo e judiciário eficazes e para constituir também quadros de

administração e gestão éticos e eficientes para os setores público e privado, criação de estruturas de decisão descentralizadas, estruturas de governos locais sãs e o respeito pelas liberdades civis. Esses programas são executados de acordo com pedidos feitos pelos diferentes países de apoio internacional nesse momento crucial do desenvolvimento. Mais de um terço dos nossos recursos para programas

está agora canalizado para iniciativas na área de boa governança.

A ênfase posta no direito ao desenvolvimento e o reconhecimento da

pobreza como sendo uma negação brutal dos direitos humanos ajudarão a apagar o equívoco de que o desenvolvimento humano e o bem-estar, a aptidão literária, a boa saúde e o emprego são favores ou atos de caridade a serem conferidos aos pobres pelos governos e agências internacionais. Trata-se de direitos humanos, que são tão válidos hoje como o eram há cinquenta anos. ■

\* Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**A agenda dos direitos humanos tem dado atenção apenas à defesa dos direitos civis e políticos, sem atentar para a miséria**

**O trabalho da ONU para o desenvolvimento traduz-se em ações importantes no campo dos direitos humanos**